Clipping Tribunal de Contas do Estado do Piauí 07 de abril de 2015

LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA

Acordo de Oeiras

Lá vem o PTB anunciando intenção de voto em Mauro Tapety para a vaga de conselheiro do TCE.
Seria bom Maurão, antes de fechar esse negócio, se consultar com Fábio Novo sobre a consistência de tal apoio.

DIARIO
do Povo do Piauí

■ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Governo quer se livrar de dívida de R$ 2 bi com reforma

Wellington Dias vai hoje à Assembleia Legislativa pedir apoio para aprovar reforma administrativa.

LUCIANO COELHO
REPÓRTER DE POLÍTICA

Foto: Divulgação

WELLINGTON Dias apresentará hoje a reforma administrativa na Assembleia e pedirá a deputados a aprovação

O governador Wellington Dias (PT) vai hoje à Assembleia Legislativa acompanhado de toda a equipe econômica para explicar aos deputados os pontos da reforma administrativa do Estado. O projeto de reforma vai ser entregue pelo próprio governador ao presidente da Assembleia, deputado Themístocles Filho (PMDB). Wellington garante que não haverá aumento na estrutura existente no Estado.

Segundo ele, com as medidas o governo deve se livrar de quase R$ 2 bilhões de dívidas que emperram investimentos em alguns setores. Essas dívidas impedem hoje investimentos na Agespisa (Empresa de Águas e Esgotos do Piauí) e engessa o Iapep (Instituto de Assistência e Previdência do estabelecido no seu plano de governo. O governo espera um bom diálogo com os deputados, que farão as suas observações e contribuições. Todos os cargos que estão sendo criados nestas novas estruturas surgem daqueles que estão sendo cancelados ou migrados da estrutura já existente", explicou o secretário estadual de Administração, Francisco José Alves da Silva, o Franzé.

A meta que o governador colocou à equipe responsável pela elaboração da proposta de reforma, segundo o secretário, é de que as mudanças não produzam nenhum impacto financeiro. Ontem à tarde o governador reuniu a equipe econômica para detalhar e fazer os ajustes finais no projeto da reforma. Além das mudanças na Agespisa e no Iapep, a reforma vai mudar ainda o Interpi (Instituto de Terras do Piauí) e prevê a transformação da Fundação de Cultura do Piauí (Fundac) em coordenadoria com status de secretaria.

Estado do Piauí), que sofrerão mudanças com a reforma administrativa. Os débitos não vão deixar de existir, mas serão absorvidos pelo Estado.

Ainda sem líder na Assembleia Legislativa e decidido a garantir a aprovação sem risco da matéria, o próprio governador resolveu assumir a função e explicar pessoalmente a mensagem aos deputados, pedindo apoio dos parlamentares para sua aprovação. Ele disse que quer fazer tudo na base do diálogo para não tensionar as votações. Wellington garante que com a reforma não haverá impactos financeiros ao governo.

"São adequações que o governador já havia anunciado de acordo com o tinha o sido

Sindicalista assumirá Superintendência

A professora e sindicalista Raimunda Núbia Lopes da Silva assumirá no próximo dia 13 o cargo de superintendente de Relações Institucionais e Movimentos Sociais do Governo do Estado. A função é ocupada interinamente pela ex-presidente da Fundação Cultural, Sônia Terra, desde a saída do professor Marcelino Fonteles, que deixou o cargo para tomar posse como docente efetivo do IFPI (Instituto Federal de Educação do Piauí).

A indicação de Núbia Lopes partiu do deputado federal Merlong Solano (PT-PI), ex-secretário estadual de Governo. "A professora Núbia tem uma vida de dedicação aos movimentos sindicais e sociais, além de possuir grande experiência na elaboração de políticas públicas. Tenho certeza de que ela tem muito a contribuir com o governo nesse momento", ressalta Merlong Solano. "Vamos dar continuidade ao trabalho que a equipe da Superintendência planejou e que já vem executando", afirma Núbia Lopes, que é professora da rede pública de ensino, secretária de Formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

De 1996 para cá, a futura superintendente de Relações Institucionais atuou como dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí (Sinte-PI) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **(LC)**

Mudanças devem garantir investimentos

O governo fez uma engenharia administrativa e financeira para escapar das dívidas e impedimentos legais decorrentes da inadimplência. O caso da Agespisa é o mais emblemático - a autarquia na qual a empresa vai se transformar está criada desde 2013, mas falta implementá-la. Com isso, o governo muda o regime jurídico da companhia e se livra da dívida de mais de R$ 1,1 bilhão que impede novos investimentos em saneamento e abastecimento d'água.

"O que o governador pretende é destravar essa dificuldade de captação de recursos para as áreas de água e esgoto. É uma demanda social muito grande à qual o Estado pretende dar uma resposta imediata", explicou o secretário de Administração, Franzé Silva.

Foto: Divulgação

FRAZÉ Silva, da Administração: mudanças devem liberar recursos para investimentos

Dentre algumas medidas previstas com a reforma, está a criação de uma agência de irrigação e abastecimento de água no Piauí. Segundo Franzé, a agência já está constituída e deve entrar em processo de operacionalização em parceria com a Agespisa e as prefeituras dos municípios onde a companhia atua.

Outro exemplo é o Iapep. No insttituto, o governo quer repassar toda a conta de inativos e pensionistas para o fundo de pensão e transferir para a Secretaria de Administração a gestão da parte previdenciária do Estado. A conta acumulada da previdência batia a casa de R$ 600 milhões por ano. Com a mudança, o Iapep passa a cuidar apenas da assistência de saúde dos servidores do Estado.

meionorte.com
meionorte

Gestão estadual

Wellington Dias entrega à Assembleia projeto de reforma administrativa que vai economizar R$ 50 milhões e criará quatro Coordenadorias no Governo do Estado

Governo quer economia de R$ 50 mi com reforma

EFRÉM RIBEIRO
DE POLÍTICA & JUSTIÇA

O governador Wellington Dias (PT) vai hoje, pela manhã, para a Assembleia Legislativa apresentar o projeto de lei que promove reforma administrativa com o objetivo de gerar, a médio prazo, economia de R$ 50 milhões por mês, para equilibrar as receitas e as despesas da previdência social do Estado.

O secretário estadual de Administração, Francisco José da Silva, o Franzé, informou que todos os meses o Governo do Estado retira R$ 50 milhões de sua receita para completar as despesas com o pagamento de provento e pensões de servidores públicos estaduais aposentados e pensionistas e a proposta prevista na reforma administrativa para a redução dessa despesa é a transferência da gestão da previdência para a Secretaria Estadual de Administração com a criação da Superintendência de Previdência.

Franzé informou que o Instituto de Previdência e Assistência do Estado do Piauí (Iapep) será encarregado exclusivamente pela gestão do Plano de Saúde Plamta que garante internação e exames médicos e o instituto manterá também as consultas médicas para os servidores públicos estaduais.

"O objetivo da reforma é enxugar despesas e melhorar os serviços oferecidos pelo Governo do Estado para a população, o que é um compromisso de campanha do governador Wellington Dias. dentre algumas medidas previstas com a reforma administrativa está o desmembramento das questões previdenciárias que são de responsabilidade do Instituto Previdenciário do Estado Piauí (Iapep). A Previdência passará a ser gerida pela Secretaria Estadual de Administração, a Sead, o Iapep passa a cuidar apenas do plano de saúde dos servidores estaduais.

EFRÉM RIBEIRO

WELLINGTON | Governador apresentará reforma aos deputados

Economia

Recursos que serão economizados vêm do Fundo da Previdência que será captalizado através da Administração

Ele declarou que a refo
ma administrativa vai cri
quatro Coordenadorias Est
duais de Irrigação, de De
portos e Lazer, de Sane
mento Rural, e da Gestã
das Parcerias Público-Pr
vadas (PPP).

"São adequações que
governador já havia anu
ciado de acordo com o tinh
o sido estabelecido no se
plano de governo. O govern
espera um bom diálogo co
os deputados, que farão a
suas observações e cont
buições", afirmou Franz
durante reunião com o g
vernador, no Palácio de Ka
nak, acompanhado do secr
tário estadual de Planej
mento, Antônio Neto, e o
procurador geral do Estad
Plínio Clerton.

G1

Rauristênio Bezerra
Flash da Política

TCE julga improcedentes duas denúncias contra prefeitura de Campo Maior

O Tribunal de Contas do Estado julgou pela improcedência de duas denúncias formuladas contra a prefeitura de Campo Maior, na gestão do prefeito Paulo Martins.

Imagem: Divulgação

Prefeito Paulo Martins

A primeira denúncia foi formulada pelo vereador Manoel Peres dos Santos Neto e trata de possíveis irregularidades no repasse de recursos advindos do Governo Federal, através do Fundo Nacional de Saúde – FNS, para o Fundo Municipal de Saúde de Campo Maior. O TCE julgou pela improcedência da Representação em razão da insuficiência de provas.

A outra denúncia foi formulada por José Bezerra Veras Júnior – Diagonal Locação de Veículos Ltda-EPP e trata de possíveis irregularidades referente em procedimentos licitatórios da Prefeitura Municipal de Campo Maior, durante o exercício de 2013. O TCE julgou improcedente também pela insuficiência de provas.

O relator dos processos foi o conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva. As decisões foram publicas no diário eletrônico desta segunda-feira (06).

Rauristênio Bezerra
Flash da Política

Ministério Público pode acionar a Justiça contra eleição que vai eleger novo conselheiro do TCE

O Ministério Público de Contas do TCE do Piauí, representado pelo Procurador-Geral Márcio Vasconcelos e a Promotoria de Justiça da Fazenda Pública de Teresina, através do Promotor Fernando Santos, expediram uma recomendação à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Piauí para que os critérios constitucionais referentes à escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas sejam atendidos. A recomendação foi encaminhada pelo fato de que o Edital publicado no dia 25 de março possui alguns vícios capazes de gerar a nulidade do processo de escolha.

Imagem: Caio Bruno

Alepi em funcionamento

Segundo a recomendação, o Edital contém 13 dias úteis para a inscrição dos candidatos, quando deveria ter no mínimo 20 dias. Além da ausência de item que exija a documentação comprobatória da idoneidade moral e reputação ilibada do candidato, como certidões expedidas pela Justiça Estadual do Piauí, pela Justiça Federal e pela Justiça Eleitoral que informe a existência, ou não, de condenação judicial, transitada em julgado, em razão de ação penal, civil ou por ato de improbidade contra o candidato e certidão de inexistência de reprovação de prestação de contas pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí e pelo Tribunal de Contas da União.

A recomendação ressalta ainda a insuficiência de detalhamento da documentação necessária para comprovação das exigências Constitucionais, na qual o candidato deve apresentar currículo completo, acompanhado da respectiva documentação, como apresentação de estudos, experiências, publicações, que comprovem a notória especialização e mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

Caso a ação recomendatória não seja cumprida, o Ministério Público Estadual poderá recorrer à via judicial.

Clique aqui e confira o edital

Outro lado

O GP1 entrou em contato com o presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, deputado Themístocles Filho, que informou que não foi notificado sobre a recomendação. "Só posso passar alguma informação quando receber [a recomendação] oficialmente", disse.

Keywords: alepi, edital, tce-pi, nulidade, mpc

Escrito por Rauristênio Bezerra em 06/04/2015 às 21h25

POLÍTICA DINÂMICA
BASTIDORES DO PODER

TCE: A BRIGA VAI ESQUENTAR

TCE: A BRIGA VAI ESQUENTAR

TCE: A BRIGA VAI ESQUENTAR

06/04/2015 18:17

+1 0 Tweet 0 Curtir Compartilhar 0 A+ A-

oolho
oolho.com.br

Política

PTB declara apoio a candidatura de Mauro Tapety à vaga no TCE-PI

No início desta semana, Mauro Tapety teria conseguido o apoio do PTB presidido no Estado pelo ex-senador, João Vicente Claudino (PTB). Os dois seriam amigos

Repórter: Lidia Brito
07/04/2015 07h29 - Atualizado em 07/04/2015 08h00

Facebook Twitter

O deputado Mauro Tapety (PMDB) passou a manhã desta segunda-feira (07/04) percorrendo todos os gabinetes da Assembleia Legislativa do Estado, em busca de votos para a disputa pela vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Mauro tem cobrado cumprimento dos acordos firmados com os parlamentares que teriam declarado o voto a ele antes do **prefeito de Picos, Kleber Eulálio (PMDB)**, ter se lançado candidato.

Foto: Thiago Amaral/O Olho

No início desta semana, Mauro Tapety teria conseguido o apoio do PTB presidido no Estado pelo ex-senador, João Vicente Claudino (PTB). Os dois seriam amigos pessoais e o petebista já teria pedido aos parlamentares do partido na Casa que votem no candidato do PMDB.

Mauro Tapety afirma que ainda não definiu quando irá realizar a inscrição para concorrer à vaga. "Não temos pressa quanto a isso porque ainda possuímos muito tempo. Nesse momento o importante é conversar com os deputados que são os eleitores e reafirmar nosso compromisso", destacou.

Na Assembleia Legislativa, os deputados temem uma possível "intromissão" do governador Wellington Dias (PT) na disputa. Líderes do PMDB já avisaram que caso o petista manifeste apoio ao conselheiro substituto, Jílson Campelo, o partido deve votar contra a proposta de reforma administrativa.